

## Britânico referência mundial em mudança do clima visita Fiesp e conhece documento de posicionamento da entidade

David King se reuniu com diretores da entidade e integrantes de seu Comitê de Mudança do Clima

O representante especial para mudança do clima do Ministério das Relações Exteriores britânico, sir David King, referência mundial na área, encontrou-se com diretores da Fiesp e integrantes do Comitê de Mudança do Clima da entidade.

Ao afirmar que trabalha em tempo integral, como uma espécie de embaixador do clima, contabilizando visitas a mais de 70 países nos últimos dois anos, King lembrou que quer melhorar a interlocução entre as nações. A Grã-Bretanha tem preocupação central com o clima, pois está cercada pelo oceano, e a elevação do nível do mar, aliada a tempestades, levará a consequências graves. “É preciso entender a natureza desse desafio”, disse

reforçando que o Reino Unido tem realizado um intenso trabalho para migrar de uma economia com base em combustíveis fósseis para uma economia de baixo carbono. Segundo King, “hoje empregamos mais energia renovável e a indústria está se reposicionando para entrar neste novo mundo”, explicando que o setor automotivo, por exemplo, fez uso da tecnologia e incentivos proporcionados por políticas públicas, como a de isenção de taxas para carros elétricos na Grã Bretanha, para adaptação às ações planejadas para a redução de gases de efeito estufa (GEE). King revelou que se estabeleceu forte diálogo com a Confederação Britânica da Indústria, especialmente sobre o uso da energia elétrica e da água para determinar qual modelo energético se quer no futuro, exemplificando que o custo da energia eólica está em 110 libras (cerca de R\$ 650) por megawatt-hora (MWh), com valor decrescente, enquanto a nuclear sobe cada vez mais.

Destacou ainda que se deve considerar que pequenas usinas nucleares são mais rápidas de ser construídas e com melhores requisitos. “Por isso, combinar nuclear com as intermitentes é uma boa saída”, lembrando que as nucleares hoje estão mais seguras.

“O setor de renováveis cresce exponencialmente, e o Brasil tem mais recursos renováveis por pessoa do que o meu país. Vocês vão conseguir exportar”, sentenciou. Quanto ao mercado de carbono, David King lembrou que por volta de 2005, 29 nações o integraram, mas houve duas tentativas frustradas. “A função principal é a regulação que cada país pode criar e não o mercado de carbono em si”, disse.

Nelson Pereira dos Reis, diretor de meio ambiente da Fiesp



Reunião na Fiesp com a participação de David King, representante especial para mudança do clima do Ministério das Relações Exteriores britânico.

e integrante do Comitê de Mudança do Clima da entidade, disse que uma das grandes discussões que se faz, no Brasil, é a flexibilização do mercado de carbono e a taxaço. Reis também enfatizou o forte engajamento do governo brasileiro e do setor privado no combate à mudança do clima.

O brigadeiro Aprígio Azevedo, diretor executivo de projetos da Fiesp, apresentou ao representante britânico os principais pontos do documento de posicionamento da Fiesp para a COP21, entregue aos Ministérios de Relações Exteriores e de Meio Ambiente, em consonância, inclusive, com a INDC brasileira anunciada recentemente. Pontos como transferência de tecnologia e mecanismos de financiamento foram ressaltados. Na análise de King, a transferência de tecnologia é tema relevante e deve ser tratado globalmente. Ele ainda frisou que as universidades precisam apostar em pesquisa que efetivamente chegue ao chão de fábrica.

Há grande expectativa por parte de todos os países em torno de um futuro acordo na Conferência do Clima, a COP21, que será realizada no final do ano, em Paris, para limitar o aumento da temperatura abaixo dos 2°C até o final do século.

David King também preside o Conselho do Future Cities Catapult, centro de excelência e inovação do Reino Unido que busca soluções inteligentes para as cidades. Químico, tem passagens pelas universidades de Oxford e Cambridge. Também foi assessor-chefe para Ciência do Reino Unido entre 2000 e 2007.

Solange Sólon Borges, Agência Indusnet Fiesp

# MCTI projeta indústria têxtil mais competitiva e sustentável

Acordo com Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção e Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral foi firmado pelo ministro Aldo Rebelo durante solenidade em Americana (SP).

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, assinou um acordo de cooperação científica com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (Sinditêxtil-SP), no dia 24 de setembro, durante evento na sede do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Americana (SP). O convênio tem objetivo "promover a mútua cooperação para análise e desenvolvimento de processos, produtos e serviços de maior valor agregado, intensivos em conhecimento e tecnologia, visando tanto ao aumento da competitividade da indústria têxtil brasileira frente à concorrência internacional quanto ao aprimoramento no uso eficaz de recursos naturais escassos, como água e energia".

A parceria pode compreender atividades em nanotecnologia, testes de conformidade, tecidos do futuro, acabamento de superfície, processos sustentáveis, rotas tecnológicas da área, artesanato, moda e design.

O documento propõe aproximar políticas de governo do setor industrial, ao fomentar um "diálogo amplo" sobre questões ambientais, sociais e de desenvolvimento. O contrato ressalta a transversalidade e a presença nacional da indústria têxtil, capaz de aumentar o valor agregado da produção, gerar empregos com maior grau de qualificação e enfrentar a competição externa.

Em palestra sobre inovação e competitividade no setor, o ministro ressaltou as posições ocupadas pelo Brasil no mercado global. "É admirável que, mesmo com as atuais dificuldades, nossa indústria ainda seja o quinto maior parque têxtil do mundo e esteja entre os quatro maiores produtores de vestuário do ranking", disse. "É um fenômeno, uma demonstração de vigor e capacidade."

## Superação

Na opinião de Rafael Cervone, Presidente da ABIT e Vice Presidente do CIESP, o MCTI é estratégico para a indústria

têxtil. "Nós queremos ser pioneiros, audaciosos, parceiros do governo para que possamos crescer", afirmou. "A única certeza que nós temos dessa crise é que nós vamos superá-la. O Brasil é maior que a dificuldade. E essa não será a primeira nem a última que nós vamos passar. Nossa preocupação, do setor em geral, é criar condições para que, quando a turbulência passar, saíamos dela fortalecidos."

O presidente do Sinditêxtil, Alfredo Bonduki reforçou a necessidade de garantir segurança hídrica e energética em meio ao momento econômico. "Nós sempre acreditamos que sustentabilidade e proteção ao meio ambiente trazem resultados para as empresas", comentou. "O setor têxtil ainda representa 30% da produção nacional. Para nós, é importante que o MCTI nos ajude a resolver alguns problemas ambientais que temos na região. Esperamos que desse convênio possamos colher bons resultados não só para os empresários, mas para a comunidade da região como um todo."

Empresário de origem, o prefeito de Americana, Omar Najar, enfatizou que o setor têxtil paulista abriga 18 mil empresas e 512 mil trabalhadores diretos e indiretos. Nacionalmente, a indústria emprega 1,6 milhão de pessoas e representa mais de 33 mil companhias.

Para o diretor do Ciesp de Americana, Seymour Furlan, o convênio pode significar um marco na história do setor. "A nossa região, ao longo do tempo, tem procurado se transformar com o uso das tecnologias, seja em máquinas, equipamentos, processos ou serviços, vencendo desafios e ultrapassando barreiras", declarou. "Hoje, faz-se necessário que nossas empresas, universidades e governos estejam alinhados para transformar seus produtos, processos e serviços, visando atender a aspectos econômicos, sociais e do meio ambiente."

Fonte: MCTI – editado.

# A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos apresentou sua atuação em Sistemas de Logística Reversa

Atualmente, os Correios possuem um serviço de logística reversa, ou seja, serviço de remessa de documentos e mercadorias em devolução, sem ônus ao remetente, para serem entregues exclusivamente no endereço indicado pelo cliente. Esse serviço surgiu a partir de uma necessidade do mercado eletrônico de recolher produtos comprados pela internet que por algum motivo precisavam ser retirados e/ou substituídos. No momento, é voltado apenas para pós venda, mas, segundo Michel Herrera, Gerente de vendas dos Correios, poderia atender também,

com adaptações, o pós-consumo.

Dessa forma, os Correios poderiam contribuir para o atendimento da PNRS por meio da prestação de serviços que abrangem a utilização das agências para divulgação de programas de logística do setor industrial, coleta de objetos nas residências, ou entrega de objetos na agência. Atualmente a logística reversa atende apenas pessoa jurídica e é solicitada pelo cliente no site dos Correios, e tem cobertura nacional.



CONSERVAÇÃO E REÚSO DA ÁGUA

Eventos:  
Disponibilidade Hídrica para a Indústria – Quantidade, qualidade e outorga

CIESP Limeira - 28/10 - 9h

CIESP Campinas - 29/10 - 9h

# Congresso Ecogerma destaca estratégia da indústria para minimizar impactos da crise hídrica

A Alemanha é o país que mais investe em pesquisa e tecnologia voltada ao meio ambiente, enfatizou o vice-presidente executivo do grupo Bosch América Latina e presidente da Câmara Brasil-Alemanha, Wolfram Anders, na abertura do Congresso Ecogerma. Ele frisou que seu país possui vários acordos no campo da sustentabilidade, inclusive com o Brasil, nação com a qual se estabeleceu forte cooperação nos últimos 20 anos. Ainda na abertura do evento, o cônsul-geral da República Federal da Alemanha em São Paulo, Axel Seidler, lembrou que a atual crise hídrica guarda relação com a mudança climática e lembrou que a água é estratégica para o futuro, inclusive para a manutenção da paz.

Ao tratar da crise hídrica, o diretor de meio ambiente da Fiesp, Ricardo Esper, lembrou que a falta de água afeta a população de modo geral, mas quem mais sofre são os de baixa renda que contam com poucos recursos.

O Congresso, que é realizado desde 2009, teve como foco os temas de água e a energia. Em relação ao primeiro tema, foram debatidos a atual crise hídrica e seus desdobramentos, a gestão de perdas e as redes inteligentes, além da estratégia da indústria no enfrentamento da crise hídrica e o impacto do clima nos recursos hídricos.

Na área de energia, destacou-se a eficiência energética, bem como o futuro do setor a fim de garantir um mercado seguro e estável ao investidor e a consumidor. Outros temas centrais são o potencial da energia de biomassa e do biogás no Brasil.

Durante o evento também foram conhecidos os agraciados com o Prêmio von Martius de Sustentabilidade, reconhecendo e premiando cases em três categorias: natureza, tecnologia e humanidade, cujos projetos vencedores são:

**Categoria Natureza:** A Associação Caatinga levou o 1º lugar com o projeto No clima da Caatinga – Natureza Preservada. Em 2º lugar, a Oi Futuro (Telemar) com o projeto Sustentabilidade na Vereda. A 3ª colocada foi a Tractebel Energia com o projeto Programa de Proteção de Nascentes.

**Categoria Humanidade:** A 1ª colocada foi a Aliança pela Terra, com o projeto O futuro de nossas florestas. Em 2º lugar, o Centro de Educação Popular e Formação Social – CEPFS, com o projeto Convivência com a realidade semiárida, promovendo o acesso à água, solidariedade e cidadania. A 3ª colocada foi a FIDENE/ Rádio Educativa UNIJUÍ FM, com o projeto Ações Sustentáveis nas Escolas de Ijuí: O Rádio como Ferramenta de Educação Ambiental.

**Categoria Tecnologia:** Afranio Almir Righes levou o 1º lugar da categoria com o projeto Tecnologias para a sustentabilidade da água em zonas rurais e urbanas de Santa Maria –RS. O projeto classificado em 2º lugar foi Da Viabilidade Econômica à Sustentabilidade, da Fazenda Boa Vereda. O 3º colocado foi o projeto Instituto Jogue Limpo – Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Lubrificantes Usadas, do Instituto Jogue Limpo.

No painel sobre crise hídrica – realidade e seus reflexos, Carlos Alberto Azzoni, professor da FEA-USP, tratou da transposição entre bacias e reforçou que o Brasil é exportador virtual de água em diversos produtos,

especialmente soja.

Em estudos com base nos números do IBGE e da FIPE, São Paulo exportaria indiretamente 4,4 trilhões de litros de água e importaria quase 8 trilhões de outros estados do País. Por isso, ele reforçou a necessidade de levar em conta a criação de cenários de demanda futura com impacto nas economias regionais. “Há uma transposição de água”, alertou, avaliando que, no futuro, haverá, sim, adaptação em função da mudança do clima, pois se hoje há dificuldades localizadas no sistema Jundiá, Piracicaba e Atibainha, o quadro só tende a piorar.

## Alerta ignorado

Desde 1999 já se sabia sobre os problemas relativos à crise hídrica, a luz amarela acendeu entre setembro e outubro de 2013, mas a forma de o governo disponibilizar informações foi deficiente, criticou Samuel Roiphe Barreto, coordenador do Movimento Água para São Paulo do The Nature Conservancy (TNC). A redução de pressão é um rodízio de água não decretado oficialmente e atinge os municípios de maneira desigual, avaliou o painalista. Para Samuel o governo demorou para tomar medidas. Se o sistema entrar em colapso será questão de segurança nacional”, criticou, lembrando também que é mais barato cuidar dos mananciais do que dar tratamento à água poluída.

“A indústria está fazendo sua parte para enfrentar a crise hídrica”, afirmou Anicia Pio, gerente do DMA da Fiesp, durante o primeiro dia do Congresso Ecogerma, realizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, com o apoio da entidade.

Segundo Anicia, quando se questiona sobre as mudanças do clima e o que está acontecendo com o planeta, é fundamental enxergar mais que o efeito estufa. “Temos que ter um olhar diferenciado para o problema de seca, principalmente no Estado de São Paulo, que registrou a maior média histórica”, enfatizou.

Para ela, o momento é de focar nos efeitos que as temperaturas elevadas têm provocado no dia a dia da indústria e nas adaptações que devem ser seguidas à risca. “É preciso ter em mente que precisamos estar preparados para o futuro. Afinal, a realidade é que ainda estamos operando no volume morto, mesmo começando uma primavera chuvosa”, lembrou.



Congresso Ecogerma, realizado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, com apoio da Fiesp.

Anicia apresentou as restrições legais aplicadas às indústrias na região de Campinas e bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. “Fizemos acordos com as indústrias para que todas trabalhassem sem ter que parar, mas tomando todas as providências para redução do consumo de água. Estamos aprendendo com a crise de forma a minimizar o impacto”.

Vale lembrar que o atual parque industrial das duas regiões, compreende mais de 56 mil estabelecimentos, gera 1,9 milhões de empregos diretos e representa cerca de 50% do PIB industrial.

Dessa forma, é muito importante continuar sensibilizando

os colaboradores para atingir o objetivo. Sem um plano estratégico, há aumento de custos operacionais; impactos na cadeia produtiva; redução na produção e/ou turnos; impactos econômicos e sociais.

Com a lição de casa bem feita é possível sentir os resultados positivos. “Com a economia de água, também tivemos redução no consumo de energia, reduzimos os efluentes, melhoramos a gestão ambiental. Além disso, as indústrias de Piracicaba (interior de São Paulo) tiveram uma redução de 50% do consumo”.

Fonte: Agencia Indusnet – editado.

## Simpósio internacional na Fiesp discute sustentabilidade

Na abertura do Simpósio sobre Padrões Globais de Sustentabilidade, Mario Hirose, diretor do Departamento do Meio Ambiente da Fiesp ressaltou a liderança brasileira na agenda da sustentabilidade.

“A agenda ambiental é de suma importância para a indústria”, disse Hirose, “principalmente neste momento em que sabemos que a sustentabilidade é questão essencial para a sobrevivência do setor e sua competitividade”.

Ainda na abertura, Indranil Chakrabarti, conselheiro de desenvolvimento do DFID, do Reino Unido, órgão que tem como missão a erradicação da pobreza global, destacou o papel do setor privado para o desenvolvimento econômico e o combate à miséria. Como exemplo da atuação do DFID (Department For International Development) no Brasil, mencionou o trabalho de auxílio à mitigação de impactos sobre as pessoas da organização dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016, com o fornecimento de informações sobre as melhores práticas.

Christian Robin, gerente de programas da Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos da Suíça, falou sobre a importância dada em seu país aos produtos sustentáveis e considera que a produção sustentável se tornou elemento importante na gestão da cadeia global de suprimentos e tem peso na sobrevivência de longo prazo das empresas.

Alan Knight, gerente geral de responsabilidade corporativa do grupo ArcelorMittal, falou sobre as dificuldades –como a participação ou não do setor privado—quando o Forest Stewardship Council (FSC) foi criado e deixou a mensagem de que a certificação não resolve o problema de ter mais de 7 bilhões de pessoas em busca de qualidade de vida.

### Desmatamento zero

O primeiro painel do simpósio teve a participação de Karin Kreider, diretora executiva da ONG inglesa de sustentabilidade Iseal Alliance, como moderadora. Em sua apresentação, lembrou que nos últimos cinco anos houve enorme crescimento no número de empresas que assumiram o compromisso de diminuir o desmatamento em suas cadeias de suprimentos. Deu como exemplo o grupo Bunge, forçado por seus investidores a assumir o compromisso de desmatamento zero na operação de soja e de outros produtos.

Kreider lembrou que a questão do desmatamento é crítica para a agenda climática por seu peso nas emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

Mathias Azeredo de Almeida, gerente de sustentabilidade do Grupo Marfrig, que tem operações no Brasil, Uruguai, Argentina e Estados Unidos, explicou a ação de sua



Primeiro painel do Simpósio sobre Padrões Globais de Sustentabilidade.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

empresa, depois de ter sido identificada pelo Greenpeace como fator de desmatamento da Amazônia. A partir de 2009, disse Almeida, a Marfrig foi a campo, mapeou seus fornecedores e passou a adotar uma política de restrições com cinco pontos. Dos 8.000 fornecedores, 2.000 foram bloqueados por descumprir alguma das exigências, como não atuar em áreas indígenas ou de conservação. Almeida defendeu a elevação do padrão de toda a cadeia da carne. Também afirmou que é preciso agir para defender o acesso da carne brasileira a mercados como o europeu – alguns países impedem a venda do produto do Brasil, mesmo os que são certificados.

### Compras sustentáveis

João Carlos Redondo, diretor da divisão de Gestão Empresarial Ambiental da Fiesp, fez a palestra “Visão dos Líderes – Compras Sustentáveis: comprando para amanhã”.

Redondo evidenciou a importância das compras sustentáveis, com parcerias entre o governo, setor privado, universidades e sociedade civil, que, de acordo com ele, propiciam aumento do conhecimento. “Quanto maior o conhecimento acumulado e aplicado, maior a mudança e a geração de valor para o indivíduo e para a empresa”, explicou.

Sobre consumo e relação de valores, Redondo afirmou que existem três grandes indutores de processos dentro da produção de consumo sustentável: as questões regulatórias, ambientais e de mercado. Para ele, a questão regulatória é um grande vetor no processo de transformação e evolução, mas não pode impedir a

inovação. As questões ambientais acontecem do ponto de vista de recursos, de tecnologia, de conservação e uso de insumos que precisam ser conciliados. "Pior do que você ter uma regulação que te penalize é você ter um cliente que não compra o seu produto ou seu serviço. Não há penalidade maior que essa para quem deseja empreender", afirmou Redondo em relação às questões de mercado e consumo.

"O consumidor pode exigir produtos que tenham características que façam mais sentido para o dia a dia dele. Então, ao mesmo tempo em que o consumidor demanda por uma tecnologia nova ou acelera o ciclo de vida de um determinado produto, tornando-o obsoleto mais rápido, ele induz os produtores a se tornarem mais competitivos", disse.

## Delegação discute oportunidades e desafios da gestão de resíduos sólidos na Índia e no Brasil

Em visita à Feira *Resource Efficiency and Waste Management Solution - RWM*, que ocorreu em setembro em São Paulo, a delegação indiana composta por representantes de governos estaduais da Índia esteve em reunião na Fiesp, para discutir melhores práticas e oportunidades na área de resíduos sólidos industriais dos dois países.

Durante a reunião, Mohammad Azam Khan, Ministro de Desenvolvimento Urbano do maior Estado indiano destacou a semelhança de alguns desafios comuns aos países, como por exemplo a necessidade de implantação de mais plantas de tratamento térmico de resíduos industriais com recuperação de energia, em substituição à aterros, que possuem um tempo de vida limitado.

Assim como ocorre na Índia, Mario Hirose, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp ressaltou os altos custos de disposição de resíduos industriais no Brasil, bem como poucas opções de plantas que realizam tratamento de substâncias mais complexas. Roberto

Paranhos do Rio Branco, vice presidente do Conselho Superior de Inovação e Competitividade da Fiesp (Conic), indicou a importância de estabelecimento de negócios entre os dois países, mediante as oportunidades apresentadas.



## IBAMA atualiza os preços dos seus serviços, produtos e os valores da taxa de controle e fiscalização ambiental

A Portaria Interministerial nº 812, de 29 de setembro de 2015, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Meio Ambiente, atualizou monetariamente os preços dos serviços e produtos e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA do IBAMA.

A nova tabela de preços dos serviços e produtos e valores da TCFA do IBAMA pode ser consultada nos anexos da Portaria Interministerial nº 812, de 29/09/2015.

Mais informações podem ser obtidas junto ao IBAMA/SP: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/unidade-ibama-sp>

### Falhas no preenchimento do CTF são objeto de multa pelo IBAMA

Algumas empresas foram multadas por falhas no preenchimento do Cadastro Técnico Federal. Em alguns casos foi identificada a não procedência das referidas irregularidades, e as empresas devem recorrer, pedindo anulação da multa.

É importante que as empresas mantenham seus dados atualizados no cadastro, e realizem o envio dos relatórios previstos, para que não ocorram penalidades. A Fiesp ao longo de 2015 promoveu em parceria com o Ibama treinamentos de preenchimento do CTF em 8 regionais do Ciesp, totalizando 232 participantes.

### Treinamentos CTF - IBAMA - Jacareí e Ribeirão Preto

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP e CIESP) por meio de sua Diretoria de Meio Ambiente (DMA), em parceria com o IBAMA, promoveram nos dias 15/09 (Jacareí) e 22/09 (Ribeirão Preto) treinamentos sobre o preenchimento do Cadastro Técnico Federal - CTF.

Durante o treinamento, os profissionais do IBAMA explicaram como fazer esse cadastro e a aplicação de toda a legislação vigente, além de esclarecer quem precisa fazer o cadastro, como enviar, gerar as taxas e se regularizar.

O Cadastro Técnico Federal faz parte da lei 6.938/1981 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente. Os dados informados pelas empresas nesse cadastro servem para dar subsídio às ações de controle, fiscalização, licenciamento e gestão ambiental dos órgãos do Meio Ambiente. O treinamento aborda os dois tipos de cadastro, os que exercem Atividades de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF AIDA), que são os consultores ambientais ou trabalhos de engenharia, por exemplo, e os de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), que são, por exemplo, atividades que tenham algum potencial de poluição.

Estes foram os dois últimos treinamentos feito neste ano, temos a expectativa de levar o treinamento a outras regiões do estado no próximo ano.

# Objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030

## Setor privado vai trabalhar ao lado do governo e da sociedade para atingir novas metas assumidas pelo País

O compromisso firmado pelo Brasil em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), durante a Cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015, em Nova Iorque, foi também acompanhado pela iniciativa privada.

As empresas participantes da rede brasileira do Pacto Global se comprometeram a atingir os objetivos, que, em linhas gerais, visam acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas por meio de 160 metas até 2030.

O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios.

Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário.

A rede brasileira do Pacto é uma das maiores do mundo, tendo 700 signatários. “Estamos muito confiantes de que

esse momento histórico de transição vai ser plenamente factível, e o setor privado tem uma participação importante”, afirmou o presidente do Pacto Global no Brasil, André Oliveira.

Diretor jurídico da Basf na América do Sul, Oliveira afirma que os integrantes da rede estão “totalmente engajados” nos ODS, sendo que 60% são empresas de grande porte como Bradesco, Itaú e Vale.

“É um desafio grande para a sociedade (os objetivos), mas também uma oportunidade ímpar. Acho que se nós conseguirmos conectar todos os interlocutores - governo, empresas e a sociedade civil - temos uma oportunidade única de transformar o mundo que nós vemos”, considerou.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram oficialmente lançados na sede da ONU em Brasília com o hasteamento da bandeira dos ODS. O coordenador do Sistema Nações Unidas no Brasil e representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Jorge Chediek, defendeu o engajamento das empresas para alcançar os ODS. “Essa agenda não é só dos governos. É uma agenda que precisa de um engajamento ativo do setor privado, da sociedade civil e de todas as pessoas individualmente”, afirmou.

## Meta (iNDC) brasileira sobre Mudança do Clima

O governo brasileiro anunciou recentemente sua posição quanto ao novo Acordo sobre Mudança do Clima a ser adotado no âmbito da Conferência das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas, em Paris. Com esta iniciativa, o País alinhou-se às 137 nações que, dentro do prazo, apresentaram suas propostas, assumindo compromisso de agir efetivamente para combater o aquecimento global.

As intenções brasileiras são ambiciosas e refletem ações condizentes com os desafios de construir uma economia de baixo carbono inclusiva e pautada pelo desenvolvimento sustentável.

A adoção de meta absoluta de redução de emissões de gases de efeito estufa (gees), 37% até 2025 e 43% até 2030, com referência aos níveis de 2005, e a retomada do papel das fontes renováveis, 45% em 2030, tratando-se de eólica, biomassa e solar na matriz energética – além da

hidroeletricidade –, denotam compromisso com o futuro e coloca o País em posição de destaque no cenário internacional.

O emprego de novos padrões tecnológicos no setor produtivo, adotando-se políticas públicas de incentivo à eficiência energética e às tecnologias limpas, resultará na modernização e no fortalecimento da indústria.

A Fiesp, trabalhando de maneira construtiva e dialogando com a sociedade, apoia as ações que redundem no aumento da produtividade e da competitividade da indústria, engajando-se aos esforços que levem ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, resguardando-se as capacidades setoriais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável recém-aprovados pelas Nações Unidas.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

## Consulta Pública para o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA

Foi lançada a Consulta Pública para o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA que ficará vigente pelo prazo de 45 dias contados a partir de 09/10/2015, ou seja, até o dia 22/11/2015, conforme publicado no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devem ser encaminhadas exclusivamente por meio do formulário eletrônico, onde

encontra-se também disponível a minuta do Plano.

O PNA foi elaborado por um grupo interministerial em conjunto com a sociedade civil, setor privado e demais esferas de governo respeitando princípios de transparência e participação. Trata-se do primeiro esforço nacional para a discussão estruturada e sistematizada sobre adaptação à mudança do clima.

O objetivo é promover a gestão e diminuição do risco climático no país frente aos efeitos adversos da mudança do clima, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

O Plano está estruturado em 6 capítulos gerais (volume I), que incluem bases legais, fundamentos, objetivos, diretrizes, iniciativas transversais, arranjo institucional, estratégia de financiamento, monitoramento e gestão do conhecimento, e em 11 estratégias de adaptação setoriais e temáticas (volume II), que incluem Agricultura\*,

Biodiversidade e Ecossistemas, Cidades, Desastres Naturais, Indústria\* e Mineração, Infraestrutura (Energia\*, Transportes e Mobilidade Urbana\*), Povos e Comunidades Vulneráveis, Recursos Hídricos, Saúde\*, Segurança Alimentar e Nutricional e Zonas Costeiras.

\* Estes setores contam com Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, conforme Lei 12.187 de 2009 e Decreto 7.390 de 2010.

Fonte:

<http://hotsite.mma.gov.br/consultapublicapna/conheca-o-plano/>

## Lei sobre APRM-ATC é publicada no Diário Oficial

O Governo Paulista publicou no Diário Oficial do Estado, em 02 de outubro, a Lei 15.913 que "Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras – APRMATC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais". A APRM-ATC abrange parte da Região Metropolitana de São Paulo e parte da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista na cabeceira da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê.

A Lei também regulariza a situação de famílias que moram em área ocupada, uma vez que organiza a expansão

urbana com a implantação de programas de reurbanização, remoção e realocação de população, além de estabelecer limites de cargas poluidoras para o atendimento da meta de qualidade de água e estabelece diretrizes e parâmetros para a elaboração das leis municipais de uso, ocupação e parcelamento do solo, com vistas à proteção do manancial e metas de qualidade hídrica.

O texto teve como base a minuta elaborada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT) e seguiu a Lei estadual 9.866/97, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas.

## Abrecon: Mapa da reciclagem de entulho de obra

Para entender o estado atual da reciclagem de entulho, a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon), consultou seus associados entre junho de 2014 a junho de 2015. Os resultados da pesquisa com 105 recicladoras do país –cerca de um terço do total– foram apresentados em seminário realizado em 17 de setembro. A associação

lançou também o mapa Abrecon, com versão para celular e site, um sistema de geolocalização de usinas em todo o Brasil, permitindo conectar as três partes do negócio: o gerador de resíduos, o consumidor de agregado e as empresas recicladoras.

Fonte: Folha de São Paulo, 18/9 - adaptado.

## Por falta de aterro ou entrave, lixo em SP viaja até 218 km a destino final

Os 30 mil moradores de Iguape, no sul do Estado, podem não saber, mas o lixo colocado na calçada das casas percorrerá 218 km pela Régis Bittencourt até o destino final, na Grande São Paulo.

Já o que jogam fora os habitantes de Igarapava, no interior paulista, chegará à mineira Uberaba, enquanto Barra Mansa, no Rio de Janeiro, recebe a sujeira retirada de Arapeí e Bananal. Esses são alguns dos municípios que aparecem em levantamento da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

O estudo mostra que 235 cidades despejam seu lixo a quilômetros de distância –em aterros particulares de empresas de saneamento de outros municípios.

Enviar os resíduos para fora tem sido a opção de prefeituras que não possuem aterro próprio e que afirmam não ter verba para manter um local adequado à exigência dos órgãos fiscalizadores.

Em São Paulo, após ações judiciais, muitas cidades fecharam seus lixões.

Ainda assim, 27 prefeituras despejam o lixo em áreas inadequadas. Em Ilha Comprida, segundo a prefeitura, houve no passado a tentativa com políticos de cidades vizinhas para viabilizar uma área em consórcio, mas a ideia não vingou. A saída foi o lixo "viajar" pela rodovia.

Fonte: Folha de São Paulo, 28/9.



**DIGA NÃO**  
AO AUMENTO DE  
IMPOSTOS

**NAOVOUPAGAROPATO.COM.BR**

## Case de sucesso

A Votorantim Metais - CBA, empresa do grupo Votorantim, dedica-se à produção e metalurgia do alumínio e suas ligas para diversos segmentos da indústria, tais como: transportes, bens de consumo, embalagens, e construção civil. Para manter e consolidar sua posição no mercado, a empresa constantemente coloca em prática projetos capazes de conciliar o desenvolvimento econômico com preservação ambiental e qualidade de vida dos empregados e das comunidades.

Para aplicar esses projetos de maneira eficaz, a Votorantim Metais – CBA atua fortemente na aplicação da metodologia Lean Six Sigma. Essa metodologia de desenvolvimento de projetos, mundialmente reconhecida, consiste na aplicação de técnicas claras de como definir o problema a ser trabalhado, mensurá-lo e analisá-lo de forma a identificar as causas-raiz dos defeitos e das oportunidades de melhoria, implementar ações embasadas (análise de dados, estatística, pilotos, etc.) que possam ser padronizadas e controladas para evitar desvios.

Para poder atuar com projetos Lean Six Sigma os especialistas precisam passar pela formação Green Belt e para projetos mais complexos, pela formação de Black Belt. A empresa vem treinando em média 25 pessoas por ano nessas metodologias, sendo que atualmente, cerca de 200 empregados já foram formados como Green Belt e Black Belt.

A área da Fundição, responsável por fabricar produtos fundidos como lingotes, tarugos, vergalhões, placas e rolos caster a partir de alumínio líquido (proveniente do metal primário e de sucata fundida), no ano de 2014, focou o desenvolvimento de projetos Lean Six Sigma para melhorar seus principais indicadores ambientais que se resumem ao consumo de gás natural e à geração de escória.

Esses indicadores representam grande potencial de ganho em eficiência energética, produtividade, redução de consumo de recursos naturais, emissões atmosféricas e redução na geração de resíduos.

A redução de consumo de gás natural foi focada em uma das áreas de produção de casters, que abrange 12 fornos de espera de 40 toneladas de capacidade, nos quais passou a ocorrer um acompanhamento diário do consumo específico de gás natural (m<sup>3</sup>/ton).

Através da aplicação da metodologia Lean Six Sigma foram desenvolvidos uma série de estudos e análises estatísticas que levaram a ações efetivas para redução do consumo desse combustível.

A implementação das ações mapeadas pelo Lean Six Sigma para redução de gás natural resultou em uma redução de 22% no consumo específico de gás natural na área de produção de casters escolhida, além da estabilização do processo operacional dos fornos. O



## Companhia Brasileira de Alumínio



investimento para atingir os resultados foi de 28 mil reais, associado à instalação das novas bicas, sendo que a economia gerada foi de 1,6 milhões de reais no ano de 2014.

Além disso, o projeto Lean Six Sigma de redução no consumo de gás natural foi destaque na auditoria de manutenção da ISO 14.001 e na auditoria da Votorantim Metais de Riscos Críticos Ambientais realizada em 2014, por reduzir o consumo de recursos naturais, emissões de gases de combustão e aumentar a eficiência energética.

Devido a significância do resultado obtido, parte dessas ações já estão sendo replicadas para outras áreas da Fundição, além disso, essas ações podem ser replicáveis a outras empresas que lidam com fornos de aquecimento a base de gás natural.

As ações implementadas a partir de agosto de 2014 levaram a uma redução no indicador de 5,86% de escória por carregamento de forno para 3,61%. Financeiramente isso representou um ganho de 2,63 milhões de reais em 2014, considerando somente o período após implementação de ações sem custos.

O ganho anualizado foi de 5,5 milhões de reais em alumínio disponibilizado para venda. Além disso, cerca de 90 toneladas de escória por mês deixaram de ser geradas como resíduo, impactando fortemente no desempenho ambiental do setor.

Grande partes das ações implementadas para reduzir a geração de escória foram replicadas para a Metalex, empresa do grupo Votorantim, localizada em Araçariguama.

Além disso, parte das ações também foram implementadas para outras áreas da Fundição e podem ser replicadas para outras metalúrgicas que enfrentam questões similares.

O ponto de encontro dos  
profissionais da  
sustentabilidade

11, 12 e 13 novembro  
13h às 20h



# Fóruns Ambientais

## Federais

### Confederação Nacional da Indústria (CNI)

#### Encontro CNI Sustentabilidade

A CNI realizou no Rio de Janeiro/RJ o 4º Encontro CNI Sustentabilidade. O tema em destaque deste ano foi a Mudança do Clima, com debates sobre os desafios que a indústria deve enfrentar na busca de um modelo de desenvolvimento atento às mudanças climáticas e à construção de estratégias de negócios que garantam competitividade.

#### Rede de Recursos Hídricos da Indústria

O DMA participou de videoconferência para alinhamento dos representantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Destaca-se a preocupação do setor com a ausência de avaliação da sustentabilidade das entidades delegatárias no processo de homologação destas entidades no âmbito do CNRH.

### Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

#### Grupo de Trabalho Entidades Delegatárias da Câmara Técnica de Cobrança

O DMA esteve presente na reunião realizada em Brasília/DF, quando foi retomada a discussão sobre a sustentabilidade financeira das entidades delegatárias. O objetivo do grupo é fornecer subsídios para a elaboração de um parecer sobre este tema, considerado prioritário pelo CNRH.

#### Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

O DMA participou da reunião realizada em Brasília/DF, na qual se avaliou a proposta de cobrança pelo uso da água na bacia do Verde Grande, juntamente com a proposta de indicação de entidade delegatária para este Comitê. Além destes temas, também teve início a análise das sugestões feitas no Seminário de Cobrança pelo Uso da Água organizado pela CT-Cob.

### Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

#### Comissão Especial de Estudos sobre Compras Sustentáveis (ABNT/CEE 277)

Na reunião sobre a futura norma sobre Compras Sustentáveis, foram apresentados os possíveis pontos de repetição do texto da norma com o objetivo de torná-la mais enxuta e discutidos comentários encaminhados pelo representante do CB-25 (Comitê Brasileiro de Gestão da Qualidade) da ABNT e os comentários elaborados pelos representantes da indústria. Também foi estabelecido um grupo para iniciar a tradução da norma, que encontra-se em estágio DIS (Draft of International Standard).

#### Comissão de Estudos Especial de Comunicação de Risco de Áreas Contaminadas

Reunião do Grupo de Trabalho 06 - Comunicação de Risco de Áreas Contaminadas, para discussão sobre as definições de diretrizes básicas para comunicação às partes interessadas de riscos à saúde decorrentes de uma

área contaminada. O grupo realizou apresentação de benchmarkings e discussão dos tópicos que constarão na norma.

### Portaria Inmetro nº 110/15

O DMA participou de reunião convocada pelo Inmetro para consolidação da consulta pública da Portaria Inmetro nº 110/15, que tratará sobre os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III – Declaração Ambiental de Produto (DAP). A Rotulagem Ambiental Tipo III é aquela baseada em Avaliação do Ciclo de Vida. Na ocasião o representante do Inmetro, Sr. Gustavo Kuster, explicou que o objetivo desta portaria é a criação de uma infraestrutura para que uma Declaração ambiental de produto (DAP) possa ser elaborada de forma alinhada com os programas internacionais. O programa será voluntário e tem como objetivo preparar o Brasil para exportação e o atendimento a barreiras técnicas que possam surgir em relação a esta questão. O tempo disponível não foi suficiente para que os itens em análise fossem tratados e pontos considerados sensíveis terão a redação reformulada ou serão reavaliados pelo Inmetro, considerando as contribuições encaminhadas e as discussões e propostas consolidadas na reunião. A Fiesp, em conjunto com outras instituições presentes, solicitou a realização de uma nova reunião para que os pontos pendentes e em aberto sejam tratados.

## Estaduais

### Conselho de Recursos Hídricos

#### Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

O DMA esteve presente nas reuniões realizadas pela CTPA, quando a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) realizou apresentação sobre o roteiro para a elaboração de projetos de restauração ecológica financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). A CTPA está elaborando propostas de aprimoramento do roteiro, a serem enviadas à CBRN/SMA.

#### Câmara Técnica de Usos Múltiplos dos Recursos Hídricos (CTUM)

Na reunião da CTUM foram discutidas a legislação e as ações relativas à segurança de barragens, de acordo com os critérios e categorias de risco definidas no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos- CNRH. Nessa ocasião também foram apresentados estudos referentes aos impactos e cálculos de ondas provenientes dos riscos das barragens em caso de acidentes.

### Conselho Estadual de Meio Ambiente

#### Comissão Temática Processante e de Normatização

Na reunião da CT foram iniciados os trabalhos de elaboração da proposta de Deliberação Normativa do Consema que disporá sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental de empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em situação de criticidade hídrica.

### Reunião Plenária

333ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho onde houve apreciação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) das "Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos-CGR Araçatuba", de responsabilidade de CGR Guataparã-Central de Gerenciamento de Resíduos Ltda., em Araçatuba, além de apreciação dos relatórios da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre Proposta de Deliberação Normativa que reduz prazos de licenciamento de obras e atividades de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica e da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela.

### Grupo Técnico Multidisciplinar Agroquímico e Transgênicos APA Corumbataí, Botucatu e Tejuapá - Perímetro Botucatu (GT-APA/Botucatu)

O GT-APA/Botucatu se reuniu em Botucatu/SP, para dar continuidade à discussão sobre agroquímicos, estabelecida no plano de trabalho.

### Grupo Técnico - APA Serra da Mantiqueira (GT Mantiqueira)

Na reunião do GT Mantiqueira, realizada em São Paulo, foram discutidas propostas para um Programa de Desenvolvimento Sustentável, além das cotas utilizadas para estudo da área no contexto do Mosaico Mantiqueira.

### APAs Piracicaba/Juqueri-Mirim Área II e Represa Bairro da Usina

O DMA participou da Reunião Ordinária do Conselho Gestor Unificado das APAs Piracantareira, na cidade de Amparo, na qual foi apresentado, por técnicos do DAEE, o EIA-RIMA do empreendimento denominado "Barragens Pedreira e Duas Pontes", e após discussões, foi criado um Grupo de Trabalho para elaboração do Parecer Técnico sobre o empreendimento, com a participação do CIESP, representado pela Cinthia Silva de Vecchi Hax, do Grupo Ypê.

## Municipais

### Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Marília (Cades)

O Ciesp Alta Paulista participou da reunião do CADES, na qual foram discutidas as ações do conselho a serem desenvolvidas para melhoria da gestão ambiental no município de Marília.

### Câmara Municipal de Campinas

#### Comissão de Meio Ambiente

O DMA/FIESP esteve presente no evento promovido pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Campinas/SP, no qual o diretor do Ciesp Campinas apresentou o cenário da renovação da outorga do Sistema Cantareira e os impactos para o setor industrial no que tange a segurança hídrica nas bacias do Alto Tietê e PCJ.

## Comitês de bacias hidrográficas

### Federais

#### Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

##### Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)

Na reunião ordinária da CT-MH, realizada em Americana/SP, discutiu-se a análise dos níveis de abastecimento da região, ocorrências do mês e perspectivas para o período de estiagem. Devido ao aumento do índice pluviométrico na região, não houve restrições de captações nas bacias.

##### Grupo Técnico de Critérios (GT-Critérios)

O DMA participou de reunião onde foram realizadas discussões sobre os critérios para indicação de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), referentes ao orçamento de 2016. O DMA sugeriu que houvesse, por parte dos tomadores de recurso, uma contrapartida maior para parcela proveniente das cobranças visando aumentar a disponibilidade de recursos para o próximo exercício.

##### Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL)

Reunião para a continuação das discussões sobre a análise de trechos a terem seus enquadramentos atualizados nos rios formadores do sistema Cantareira. Os dados monitorados de qualidade da água obtidos em análises da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado) foram apresentados para o grupo.

#### Paranapanema (CBH-Paranapanema)

##### Reunião Grupo Técnico

Reunião online com o grupo de trabalho e empresa contratada para elaboração do plano de bacia do Rio Federal Paranapanema. Foram apresentadas as ações referentes a elaboração e definidos os cenários futuros da bacia relativos ao gerenciamento dos recursos hídricos.

##### Câmara Técnica e Grupo de Trabalho

Reunião para dar continuidade aos trabalhos de elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Federal Paranapanema. Nessa reunião, foram realizadas oficinas participativas para elaboração de agendas temáticas para obter mais informações sobre as necessidades de melhoria na gestão hídrica da bacia.

#### Grande (CBH-Grande)

##### Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano Integrado de Recursos Hídricos

As Notas Técnicas produzidas pela Agência Nacional das Águas (ANA) referente ao Diagnóstico preliminar do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) foram objetos de discussão e análise na Reunião do GT, realizada em Ribeirão Preto/SP.

#### Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap)

### **Câmara Técnica Consultiva**

O DMA esteve presente na reunião realizada em Resende/RJ, cuja pauta foi a discussão da proposta de revisão de mecanismos e valores da cobrança das águas transpostas para a bacia do rio Guandu. A câmara técnica rejeitou a proposta encaminhada pela Comissão Especial e propôs ampliar a discussão em relação a esta cobrança. Também recomendou que os mecanismos e valores vigentes sejam convalidados por mais um ano, até que nova proposta seja discutida e aprovada.

## **Estaduais**

### **São José dos Dourados (CBH-SJD)**

#### **Grupo Técnico de Acompanhamento da Revisão do Plano de Bacia**

Reunião do GT, realizada em Jales/SP para discussão das ações do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 18- São Jose dos Dourados.

#### **Grupo Técnico da Cobrança**

O Grupo Técnico da Cobrança realizou reunião em Santa Fé do Sul/SP, para apreciação da minuta de Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais.

#### **Reunião Plenária**

A revisão do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 18 foi aprovada em reunião plenária do Comitê.

### **Paraíba do Sul (CBH-PS)**

#### **Câmara Técnica de Cobrança**

O DMA esteve presente na reunião realizada em Taubaté/SP, quando foi discutida a proposta de Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) que trata dos procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais.

### **Alto Tietê (CBH-AT)**

#### **Reunião Plenária**

Os resultados do acompanhamento da renovação da Outorga do Sistema Cantareira, os licenciamentos ambientais das obras emergenciais da Sabesp para enfrentamento da crise hídrica elaborados pela Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) e os resultados do Diálogo Interbacias foram apresentados durante a reunião plenária do comitê.

#### **Câmara Técnica Gestão da Demanda (CT-GD)**

Reunião em que foram discutidas as propostas de ações, referente aos usos múltiplos da água na bacia, redes de abastecimento e normas técnicas, à serem definidas por cada um dos subgrupos de trabalho estabelecidos anteriormente, visando a implementação das mesmas.

### **Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)**

Reunião da câmara para discussão sobre seu Plano de Trabalho. Na ocasião, foram estabelecidas as ações para a implantação do mesmo.

### **Conselho Deliberativo da Agência de Bacia do Alto Tietê (Fabhat)**

O Conselho Deliberativo da Agência de Bacia do Alto Tietê reuniu-se para posse dos representantes no Conselho Fiscal e discussão dos resultados das atividades realizadas pela Fabhat em 2014.

### **Médio Paranapanema (CBH-MP)**

#### **Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)**

Reunião para discussão e análise da nova Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais. Na oportunidade, foram iniciadas as discussões para elaboração do relatório de situação da bacia 2015 e das propostas para as diretrizes e critérios de distribuição de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016.

### **Pontal do Paranapanema (CBH-PP)**

#### **Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)**

Reunião para discutir e analisar a nova deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais.

### **Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)**

Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas do Comitê na qual houve discussão em relação aos dados do Diagnóstico do Plano de Bacia e proposições de revisão. Para continuidade dessa análise, estão previstas outras reuniões.

#### **Grupo Técnico (GT) de Estudo de Cobrança da Água**

O GT se reuniu para análise e manifestação da minuta de Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais.

### **Baixo Pardo/Grande (CBH-BPG)**

#### **Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos**

Os critérios do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016 e o acompanhamento das ações do Plano Estadual de Recursos Hídricos foram discutidos durante reunião da CT.

#### **Grupo Técnico da Cobrança**

O Grupo Técnico da Cobrança se reuniu em Barretos/SP,

para apreciação da minuta de deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais.

### Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

#### Unidade de Gerenciamento do Plano de Bacias (UGP)

Em Tatuí/SP, o DMA participou de reunião na qual se discutiram a elaboração do Relatório de Situação 2015 com ano base 2014 e as diretrizes e metodologia para a atualização do plano de Bacias do SMT.

#### Grupo Técnico de Enquadramento (GT-Enquadramento)

O DMA participou de reunião em Sorocaba/SP, onde foi apresentado o estudo básico de enquadramento dos corpos d'água no Estado de São Paulo em andamento pelo Grupo Técnico da CT-Planejamento do CRM.

### Turvo/Grande (CBH-TG)

#### Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Usos Múltiplos

Em reunião realizada em São José do Rio Preto/SP, foram apreciados os dados recebidos dos municípios e da Sabesp sobre abastecimento público e os dados sobre os pontos de monitoramento da Bacia. Na ocasião, também se propôs a elaboração de Termo de Referência, para diagnóstico com proposta de áreas preferenciais a serem implantados os novos pontos de monitoramento.

#### Evento "Perímetro de Proteção de Poços"

O DMA esteve presente no evento realizado em São José do Rio Preto/SP, para apresentação dos resultados dos estudos elaborados pelo Instituto Geológico (IG/SMA) e Instituto de Pesquisas tecnológicas (IPT), sobre a delimitação de perímetros de proteção de poços de abastecimento público realizado em municípios das unidades de gerenciamentos do Baixo Pardo/Grande, Turvo/Grande, Tietê/Batalha, Médio Paranapanema, São José dos Dourados, Baixo Tietê, Pontal do Paranapanema e Aguapeí e Peixe, que utilizam o Sistema Aquífero Bauru para o abastecimento público.

#### Grupo Técnico da Cobrança

O Grupo Técnico da Cobrança realizou reunião em São José do Rio Preto/SP, para apreciação da minuta de deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, para os usuários urbanos e industriais.

### Baixada Santista (CBH-BS)

#### Câmara Técnica de Planejamento e Gestão

Na reunião, a Consultoria VM Engenharia de Recursos Hídricos realizou treinamento sobre o Software QGIS, para a criação e visualização dos mapas das 21 sub-bacias que estão contempladas no Plano da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, em elaboração.

### Aguapeí Peixe (CBH-AP)

#### Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PA)

Reunião para análise da minuta de deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre os procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais. Na ocasião, também ocorreram discussões para elaboração do relatório de situação da bacia 2015 e apresentação de propostas para as diretrizes e critérios de distribuição de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2016. Na oportunidade, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da CTDR- Central de Tratamento de Resíduos de Adamantina e do ITVR – Indústria de Tratamento e Valorização de Resíduos de Marília foram analisados.

### Alto Paranapanema (CBH-ALPA)

#### Câmaras Técnicas

Realizada oficina com membros das câmaras técnicas do CBH-Alpa com o objetivo de discutir e identificar temas relevantes para a melhoria da conservação hídrica na bacia, visando a revisão e atualização do Plano da Bacia.

### Baixo/Tietê (CBH-BT)

#### Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas

Reunião conjunta das câmaras realizada em Birigui/SP, para análise das solicitações de projetos para recursos remanescentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015.

### Tietê/Batalha (CBH-TB)

#### Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacia

O DMA participou da reunião do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacia do CBH-TB em Bauru/SP, quando foram apresentados pela empresa VM Engenharia de Recursos Hídricos, os resultados das oficinas participativas realizadas em agosto/2015, bem como discutido o Prognóstico do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 16- Tietê/ Batalha.

#### Grupo Técnico de Cobrança

Reunião do grupo técnico de cobrança para analisar e emitir parecer sobre a minuta de deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) sobre os procedimentos, limites e condicionantes para revisão dos mecanismos e valores de cobrança pela utilização dos recursos hídricos para os usuários urbanos e industriais. Também foi apresentado aos membros o Centro de Gerenciamento de Recursos Hídricos e eleito o novo coordenador do GT – Cobrança.

### Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp)

#### DR Alta Paulista

Participação no Seminário da Micro e Pequena Indústria – III realizado no Ciesp Alta Paulista. Nesse evento houve a distribuição dos kits de redução de vazão da Campanha Água na Medida da Fiesp e do Ciesp aos participantes.

O DMA participou da reunião de posse da nova diretoria do Ciesp Alta Paulista, que destacou a importância da gestão do Ciesp e da interação entre os associados Ciesp e a diretoria regional.

### **Ciesp Macrorregião 5**

Os Diretores Regionais do Ciesp de Americana, Santa Bárbara, Limeira, Rio Claro e Piracicaba estiveram reunidos no município de Rio Claro/SP, ocasião em que o DMA realizou apresentação sobre as possibilidades de financiamento ao setor industrial por meio da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) para áreas como resíduos sólidos, reúso de efluentes e ações em inovação e tecnologia.

### **DR Ribeirão Preto**

O DMA participou de reunião com representantes do DAEE de Ribeirão Preto, na qual foram discutidas questões relacionadas ao cadastro, ao Ato Convocatório e a cobrança dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos Rios Sapucaí Mirim, Pardo e Mogi.

### **DR Osasco**

O DMA esteve presente na reunião ocorrida na DR Osasco, na qual foi apresentado o Plano Municipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos – PMGIRS com a participação de 50 representantes das industriais locais, discutindo as diretrizes, os programas e projetos para as alternativas de destinação e disposição final ambientalmente adequadas, e o sistema de coleta seletiva para atender a demanda da sociedade.

## **Grupos de Meio Ambiente (GMA) do Ciesp**

### **DR Americana**

O Grupo de Meio Ambiente do CIESP Americana realizou reunião ordinária para discussão sobre a gestão de resíduos sólidos, com destaque às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos e as novidades da Resolução Estadual nº 45/2015, sobre logística reversa, que traz impactos para o setor industrial.

### **DR Presidente Prudente**

Reunião do grupo de meio ambiente, em que foi discutida a contratação de empresa especializada em elaboração de plano de gerenciamento de resíduos para a indústria. A proposta é formar um grupo de associados interessados em desenvolver e implementar o plano em sua empresa.

## **Outras reuniões**

### **XIII Diálogo Interbacias**

O DMA esteve presente ao evento realizado na cidade de São Pedro/SP, que este ano teve como tema principal “Educação Ambiental em Recursos Hídricos”. A ocasião contou com diversas palestras, minicursos, oficinas e debates.

### **Seminário “Segurança hídrica e saúde pública na Região Metropolitana de São Paulo”**

Evento promovido pela Faculdade de Saúde Pública, que reuniu especialistas para discussão de conceitos de segurança hídrica, propostas de recuperação e aproveitamentos múltiplos e desafios para a recuperação da qualidade da água no rio Tietê, bem como as alternativas para enfrentamento da crise hídrica no Estado.

### **Seminário Internacional “Unindo Cidades e Bacias Hidrográficas para a Segurança Hídrica e Economia Verde”**

Evento fruto de uma parceria entre a SMA (Secretaria do Meio Ambiente), a Forest Trends, o WRI (World Resources Institute) e a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), que reuniu gestores de recursos hídricos e especialistas em meio ambiente e hidrologia de diversos países para compartilhar experiências de sucesso, modelos e ferramentas para a gestão de bacias hidrográficas e recursos hídricos.

### **Workshop Técnico - Unindo Cidades e Bacias Hidrográficas para a Segurança Hídrica e Economia Verde**

O DMA participou do workshop técnico, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que reuniu especialistas em meio ambiente e hidrologia, da sociedade civil, governo e academia para realizarem discussões sobre os desafios de uma gestão sustentável dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

### **Seminário Internacional: Sistema Financeiro, Economia Verde e Mudanças Climáticas**

Evento promovido pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos) com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) com os objetivos de abordar temas relevantes para a gestão de negócios e de riscos socioambientais nas instituições financeiras, as experiências nacionais e internacionais destinadas a aumentar o direcionamento de capitais privados para financiamento da Economia Verde e a agenda de Mudanças Climáticas para a COP 21.

### **14ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas**

O DMA participou do evento realizado em São Paulo que abordou o tema “Água e Energia: crise e superação sustentável”. O encontro reuniu diversas autoridades do governo estadual, municipal e entidades da sociedade civil que expuseram ações focadas nas questões de sustentabilidade, com foco principal nas crises hídrica e energética, abordando os desafios de enfrentamento no curto e longo prazos. O DMA em seu pronunciamento apresentou as ações empreendidas pela Fiesp com a Campanha Água na Medida e comentou sobre a nova edição do Prêmio de Conservação e Reuso de Água.

### **Palestra sobre escassez extrema e a influência dos ciclos solares no clima**

O DMA palestrou sobre escassez extrema e a influência dos ciclos solares no clima no hospital Augusto de Oliveira Camargo localizado em Indaiatuba/SP.

## Legislação Ambiental

# Diplomas Legais recentes

## Federal

### **Resolução SFB nº 27, de 15 de setembro de 2015**

Altera os artigos 4º e 5º da Resolução SFB nº 25, de 2/4/2014, que estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais.

### **Portaria ICMBio-CR8 nº. 202, de 3 de setembro de 2015**

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da APA da Serra da Mantiqueira nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

### **Portaria MCTI nº. 787, de 3 de setembro de 2015**

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 5º e altera o inciso III do art. 8º da Portaria nº 728, de 20/11/07, que institui e regula a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (Rede CLIMA).

### **Portaria Interministerial MPA/MMA nº. 5, de 1º de setembro de 2015**

Regulamenta o Sistema de Gestão Compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros de que trata o Decreto nº 6.981/2009.

### **Portaria MMA nº. 266, de 27 de agosto de 2015**

Institui o Grupo de Trabalho denominado GT TCFA, com o objetivo de estabelecer critérios técnicos que permitam a edição de ato normativo que discipline os critérios e percentuais de repartição da receita proveniente da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, bem como diretrizes claras e objetivas para a definição das ações que estão abrangidas pelas atividades de fiscalização e controle.

## Projetos de lei (PL)

### **PLS nº. 640/2015**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR em substituição ao Ato Declaratório Ambiental (ADA).

### **PLS nº. 603/2015**

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes.

### **PLS nº. 602/2015**

Dispõe sobre a criação do Balcão Único de Licenciamento Ambiental, estabelece procedimento para o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos considerados estratégicos e prioritários.

### **PLS nº. 578/2015**

Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10/7/1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir como prioritárias as aplicações de recursos financeiros na Caatinga.

### **PL nº. 3.085/2015**

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19/12/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências, estabelecendo que os Municípios irão disciplinar e fiscalizar a ocupação e o uso das faixas não-edificáveis nos trechos de rodovias situados em áreas urbanas e em áreas de expansão urbana.

### **PL nº. 3.070/2015**

Altera as Leis nº 12.305, de 2/8/2010 e 9.605, de 12/2/1998, a fim de estabelecer regras específicas para erradicar o desperdício de alimentos.

### **PL nº. 2.990/2015**

Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8/1/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um de seus objetivos.

### **PL nº. 2.940/2015**

Institui normas para o gerenciamento e destinação final do lixo eletrônico.

## Estadual (SP)

### **Resolução conjunta SSRH/SMA/SH nº. 1, de 23 de setembro de 2015**

Dispõe sobre as atribuições compartilhadas entre a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídrico (SSRH), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), e a Secretaria de Estado da Habitação (SH), para o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de defesa das Áreas de Proteção e de Recuperação de Mananciais (APRM), através do encaminhamento de projetos de leis específicas que definem as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

### **Resolução SMA nº. 58, de 11 de setembro de 2015**

Altera dispositivo do Anexo I, da Resolução SMA 26, de 28/04/2015, que estabelece procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2015, e revoga as Resoluções correlatas.

### **Resolução SMA nº. 57, de 11 de setembro de 2015**

Dispõe sobre a estrutura e a composição da Unidade de Gerenciamento Local (UGL) Meio Ambiente, do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, instituída pelo Decreto Estadual 60.029, de 3/1/2014.

### **Portaria DAEE nº. 2.818, de 4 de setembro de 2015**

Suspende as análises de requerimentos e as emissões de outorgas de Autorização de Implantação de Empreendimento e de Direito de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, localizadas na área da bacia hidrográfica do Rio Verde (UGRHI 4), nas modalidades e condições que especifica.

## Bolsa de Resíduos

Tipo	Nome	Quantidade	Preço	Data
<b>Borracha</b>				
Oferta	Borracha vulcanizada	18 ton/mês	doação	27/7
<b>Têxtil</b>				
Oferta	Retalho de brim e malha	1 t/semana	US\$ 3.00/Kg	3/8
Oferta	Jeans	2 ton/mês	US\$ 0.10/Kg	28/9
<b>Papel e papelão</b>				
Oferta	Papel utilizado para preenchimento de fraldas	1 t/ano	doação	28/8
Oferta	Papel branco	1 t/mês	US\$ 0.10/Kg	28/9
Oferta	Canudo de papelão	100 Kg/mês	US\$ 0.12/Kg	28/9
<b>Químico</b>				
Oferta	Lodo de Estação de Tratamento de Efluentes	50 t/ano	doação	28/8
Oferta				
<b>Plástico</b>				
Oferta	Saco plástico branco	300 Kg/mês	US\$ 0.90/Kg	28/9
Oferta	Saco plástico colorido	200 Kg/mês	US\$ 0.70/Kg	28/9

Para mais informações acesse: <http://apps.fiesp.com.br/bolsaresiduos/>

## Normas técnicas

### Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT - CB 38

#### FDIS 14004

Environmental management systems -- General guidelines on principles, systems and support techniques (Sistemas de gestão ambiental — [Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio](#))

Está em estágio Final Draft e tem previsão de publicação em fevereiro de 2016.

#### Normas publicadas

#### ISO 14001:2015

Environmental management systems -- Requirements with guidance for use (Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso)  
Publicada em 15 de setembro de 2015.

#### ISO 9001:2015

Quality management systems – Requirements (Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos)  
Publicada em 15 de setembro de 2015.

#### ABNT NBR 16435:2015

Controle da qualidade na amostragem para fins de investigação de áreas contaminadas – Procedimento  
Publicada em 1 de setembro de 2015

#### ABNT NBR 16434:2015

Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos - Análise de compostos orgânicos voláteis (COV) - Procedimento  
Publicada em 1 de setembro de 2015

#### ABNT ISO/TS 14067:2015

Gases de efeito estufa — Pegada de carbono de produtos — Requisitos e orientações sobre quantificação e comunicação  
Publicada em 9 de setembro de 2015

#### ABNT NBR 16409:2015

Ferro-gusa a carvão vegetal — Orientações para a produção sustentável  
Publicada em 18 de setembro de 2015

### Processo de elaboração das normas ISO





## Calendário de obrigações ambientais

Obrigações que devem ser cumpridas em outubro:

**Até 31 de outubro de 2015**

### **Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa**

**A quem se aplica:** Os empreendimentos que desenvolvem atividades que constam no art. 3º da Decisão de Diretoria CETESB Nº 254/12 deverão encaminhar o inventário de emissões de gases de efeito estufa em meio eletrônico para a CETESB.

**Como fazer:** Os resultados, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2014, devem ser apresentados conforme disposto no Anexo Único da referida decisão de diretoria com memórias de cálculo em planilhas abertas.

**PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REUSO DE ÁGUA**

**11ª EDIÇÃO**

**PARTICIPE!**

INFORMAÇÕES:  
[premioagua@fiesp.com](mailto:premioagua@fiesp.com)

## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.  
Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)  
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.



**FIESPAMBIENTAL**

[twitter.com/FiespAmbiental](https://twitter.com/FiespAmbiental)